

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

----- **ATA NÚMERO DOIS** -----
----- (Mandato 2025-2029) -----

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu no auditório da UACS – Casa do Comércio, sito na Rua Castilho, número carorze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Vitor Cândido Ribas Nobre José, coadjuvado por Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro, Primeira Secretária, e Bárbara Sofia Pereira Ferreira, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Francisco Reis Machado Ciriná de Mendonça e Póvoas e Bruno Filipe Oliveira Lino Silva Costa. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Lucas Francisco Castelo Almeida Manarte, Francisco Manuel Lopes da Cruz e Emanuela Jaquelina Afonso. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Mariana Cardoso Folque. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** Paulo Miguel Faria Dias. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Ana Cristina Marques Gama. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS-PP)** – António Luís de Barros Conde Antunes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Elisa Manero de Lemos Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituída por Bruno Costa. -----

----- Sónia Carla Pinto Costa, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ana Gama. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- (Neste momento tomou posse o cidadão Hernâni Custódio do Carmo como Membro da Assembleia de Freguesia de Santo António) -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguesa Maria Beja** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite a todos e a todas. A primeira etapa foi em 2017, portanto já sou veterana. -----

----- *A minha questão é sempre Universidade Sénior, que é na minha vida uma causa já há muitos anos. Tive a boa notícia de que, aliás vi hoje o edital, que é o primeiro ponto da agenda. Finalmente, que bom.* -----

----- *Mas aqui, neste momento, eu quero primeiro que tudo agradecer porque na reunião anterior eu pedi autorização para fazer em nome da Universidade Sénior que estava nessa altura a fazer o seu primeiro registro na RUTIS, uma exposição de pintura de um utente da escola de pintura da primeira versão da Universidade Sénior. Correu lindissimamente, tivemos 40 pessoas em sala na inauguração, depois disso o livro de sala tem várias entradas, trinta e tal entradas, e há alguns fregueses idosos que nunca tinham ido à biblioteca e passaram a ir. Portanto, isto para mim é uma vitória.* -----

----- *Pronto, eu quero agradecer a permissão que me foi dada. Foi na reunião anterior que eu vim vender este peixinho e disseram-me que sim, agora estou aqui para vender outro peixinho, idêntico. É que mesmo antes de termos o início oficial, chamemos-lhe*

assim, da nova versão Universidade Sénior, eu queria já fazer uma coisa que pretendia ter feito entre o dia 7 de dezembro e o dia 18 de fevereiro, mas que não foi possível e o 7 de dezembro já passou, que é uma exposição também, mas uma espécie de homenagem, uma espécie não, uma homenagem mesmo a uma pessoa que foi muito querida, com quem eu convivi muito nos últimos três anos da vida dele, chamado José Carlos Ary dos Santos. -----

----- Agora que passou o 7 de dezembro, que é a data em que ele nasceu, a minha sugestão é começar na data em que ele morreu, 18 de fevereiro, e irmos até abril ou maio, porque acho que toda a gente sabe que ele foi uma pessoa muito interveniente e muito importante nessas datas e, portanto, eu tenho bibliografia e tenho CDs e tenho várias coisas dele e tenho a história de vida da qual partilhei e, por exemplo, ontem fui à livraria da Câmara Municipal no Rossio e não há uma única peça do José Carlos Ary dos Santos, nem em livro, nem em CD, mas eu tenho alguns. Eu só preciso da autorização para fazer. -----

----- Na minha experiência anterior foi muito bom articular com a Marta Rodrigues, a colaboração correu lindamente, a exposição foi feita e como já disse, eu volto a dizer o que disse na outra vez, eu não quero que me paguem nada, eu só quero que me deixem fazer e farei. Até naquilo que a Junta tiver de fazer, será pouco, porque eu já tenho muita coisa feita. Preciso só da autorização. -----

----- Pronto, hoje vou comprar um molho de foguetes por causa do primeiro ponto da agenda, finalmente. -----

----- Obrigada a todos.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era sempre um gosto ter fregueses com ideias. Não estava como Presidente, mas tinha ido à exposição. Não tinham que ter a inauguração da Universidade Sénior, ela ia-se fazendo com pessoas como a Dona Leonarda, mas tentariam ajudar o melhor possível para a biblioteca ter mais uma vez uma boa iniciativa com o selo já da Universidade Sénior. -----*

----- Fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhoras e Senhores Secretários da Mesa da Assembleia de Freguesia, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia, caros colegas do Executivo, caros fregueses. Antes de mais, quero dar-vos as boas-vindas à primeira Assembleia de Freguesia de Santo António do mandato 2025-2029. -----

----- Neste que é o meu primeiro discurso nesta Assembleia, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, gostaria de publicamente expressar o meu agradecimento e reconhecimento aos funcionários. -----

----- Para mim é sempre uma divisão porque durante muitos anos, e muitos já me conhecem, eu fui durante muito tempo colega, funcionária da Freguesia de Santo António, mas agora com outras competências. Por isso, sei que nem para vocês nem para mim, nem sempre às vezes é fácil. Mas não quero deixar de lhes dar o meu reconhecimento, o seu trabalho, o seu empenho. -----

----- Esta transição de executivos e estes novos, a palavra que todos adoramos, fluxogramas, nem sempre é fácil, mas todos têm tido uma grande colaboração. Por isso, para mim e para o Executivo é muito importante dar este agradecimento, porque para nós foi uma grande força, uma tábua de amparo nesta nova etapa. -----

----- Uma palavra também ao antigo Executivo da Freguesia de Santo António, alguns dos quais que me acompanham neste mandato, pelo seu legado de trabalho e dedicação que nos deixam. -----

----- Quero também antecipadamente pedir alguma desculpa se algo não correr dentro dos trâmites que estão à espera porque, como vos disse, isto será a minha primeira

Assembleia e se as coisas não correrem tão bem irei apoiar nos vários técnicos que fazem estas coisas para nos ajudar. -----

----- Então permitam-me que utilize este momento para trazer à reflexão um tema que irá nortear a minha atuação enquanto Presidenta Junta da Freguesia e que deve preocupar a todos, independentemente das diferenças ideológicas que aqui representamos. Falo da desertificação eleitoral da nossa Freguesia. -----

----- Os números são claros, objetivos e, acima de tudo, inquietantes. Em 2013, quando eu também comecei a trabalhar na Freguesia de Santo António e na primeira eleição, alguns não sei se se lembram, se andavam nestas lides, mas em 2013 o recenseamento eleitoral registava 12.424 eleitores. Em 2017, quatro anos depois, esse número desceu para 11.387. Em 2021, ou seja, há quatro anos atrás, caiu para 10.429 eleitores. Em 2025, que é agora, estamos já nos 9.851. -----

----- Todos sabem o que isto significa. O nosso Orçamento desceu porque descemos de 10 mil eleitores e nas próximas eleições, de janeiro de 2026, sabemos já que perdemos um total de 300 eleitores. Ou seja, isto não é pontual, é uma trajetória contínua, persistente e estrutural. Uma espiral negativa.-----

----- E mais, sabemos que cerca de (impercetível) não votam em Santo António, a maioria das vezes por opção e não por não poderem. O que significa que vivem cá, sentem a Freguesia como sua, mas não estão politicamente ligados a ela. São estrangeiros, nas diversas interpretações da palavra. Estrangeiros porque vêm de outros países, estrangeiros porque, mesmo sendo de naturais de cá, vêm de fora da Freguesia. A verdade é que escolheram a Freguesia de Santo António para morar, fazer as suas coisas (impercetível) que aqui possam decidir os destinos desta Freguesia.

----- Tudo isto deve obrigar-nos a refletir e, sobretudo, a agir, porque uma Freguesia que perde residentes, que perde valores, que perde vida quotidiana, é uma Freguesia que se fragiliza socialmente, economicamente e democraticamente. Este problema, que não pertence a um partido nem a um mandato, é um desafio coletivo e será apenas com uma resposta coletiva que o podemos enfrentar.-----

----- Sabemos das dificuldades de habitação da nossa cidade, os preços astronómicos praticados em Santo António, que lidera os valores de venda de casas em Lisboa, com preços que se situam entre os mais altos da própria Lisboa, frequentemente acima dos seis mil euros por metro quadrado, em termos de média. Mas precisamos de atrair e fixar pessoas, de criar condições para que as famílias permaneçam, para que os mais novos possam aqui viver, para que os mais velhos não sejam empurrados para fora da Freguesia. -----

----- Paralelamente, precisamos de captar eleitores, ou seja, convencer os novos moradores, principalmente os estrangeiros, porque temos muitos. Temos muitos residentes, mas que não vivem com a nossa Freguesia, que é aqui que devem decidir os seus destinos. Ou seja, precisamos de incentivar e recuperar a nossa comunidade. ----

----- É por isso, a quem reuni antes do Orçamento foi feito também este apelo. A todos os políticos foi feito este apelo. Um apelo claro a todos nós e a todos os partidos representados que este problema seja tratado acima das diferenças políticas, que estamos todos um conjunto, que possamos construir soluções partilhadas. -----

----- Enquanto Presidente da Junta, assumimos a total disponibilidade para promover esse diálogo, porque Santo António é uma equipa diversa, dinâmica e com identidade própria. -----

----- A Freguesia de Santo António conta connosco. Muito obrigada.” -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

*----- Membro **Hernâni do Carmo (BE)** começou por desejar um bom mandato ao Executivo, ao Senhor Presidente, aos Membros da Mesa e a todos os Eleitos. -----*

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro -----

----- A violência contra as mulheres continua a ser uma ferida profunda na sociedade portuguesa e em todas as sociedades, manifestando-se sob múltiplas formas — incluindo violência doméstica, assédio, violação, homicídio, violência digital e outras formas de abuso — e que essas feridas são ainda mais pronunciadas quando se intersectam com outras desigualdades, como as que afetam mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres migrantes, mulheres pobres, mulheres trans, lésbicas, bissexuais ou outras mulheres em situação de maior exclusão e discriminação. -----

----- Considerando que: -----

----- i. dados estatísticos recentes oficiais relativos a 2024 mostram que foram registados 25919 crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogo e identificadas 26574 mulheres lesadas/ofendidas, e que duas em cada dez mulheres com parceiro sofreram alguma forma de violência em contexto de intimidade, com violência física ou psicológica mais frequente entre mulheres do que entre homens — em particular violência física ou sexual é mais do que o dobro nas mulheres face aos homens; -----

----- ii. em Portugal, entre janeiro e 15 de novembro de 2025, foram assinadas 24 mulheres, destas, 21 foram feminicídios, ou seja, mortes intencionais em contexto de violência de género; -----

----- iii. dados trimestrais de 2025 indicam que houve milhares de ocorrências registadas pelas forças de segurança, com um aumento de denúncias em relação a períodos anteriores, e que a violência letal em contexto doméstico continua a vitimar de forma desproporcionada mulheres; -----

----- iv. A violência contra as mulheres não se restringe ao contexto físico: a nível global, novas formas de violência — incluindo violência digital e assédio online que desencadeiam ataques no mundo físico — têm crescido e visam silenciar mulheres jornalistas, defensoras dos direitos humanos e ativistas. -----

----- Recordando as mulheres assassinadas em contexto de violência de género em Portugal, cujos nomes constam de relatos e que hoje lembramos com respeito e dor: Alcinda Cruz, Ana Veiga, Rute Santos, Maria Justo, Susana Costa, Shoba Ray, Isabel Martins, São Figueiredo, Rosa Quintela, Iranilcy Oliveira, Maria Zita Coelho, Lurdes Cardoso, Ana Rita, Elisabete Martins, Lídia Santos Tavares, Susana Gravato, Rute Luís, Juset Almeida, e todas as outras não identificadas nem não nomeadas nas notícias. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 17 de dezembro de 2025, delibera: -----

----- 1. Saudar todas as iniciativas e mobilizações realizadas no dia 25 de novembro de 2025, designadamente ações, manifestações, campanhas públicas e eventos de sensibilização que reafirmaram a importância da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, nas suas vertentes física, psicológica, sexual, económica ou digital. -----

----- 2. Prestar homenagem a todas as mulheres vítimas de violência de género — a todas aquelas que perderam a vida, a todas as que sobrevivem com feridas visíveis e invisíveis, e a todas as que lutam todos os dias, reconhecendo a urgência de reforçar políticas públicas, apoios sociais, medidas de prevenção, proteção, justiça e reparação. -----

----- 3. Saudar o trabalho contínuo das instituições públicas, organizações da sociedade civil, associações de apoio às vítimas, serviços de segurança e de justiça, onde se inclui

o Espaço Júlia, que diariamente intervêm para acolher, proteger, apoiar e acompanhar mulheres vítimas de violência, bem como as ações de formação e prevenção desenvolvidas em contextos educativos, comunitários e profissionais. -----

---- 4. Apelar à contínua articulação de esforços, ao fortalecimento de respostas integradas e à implementação de políticas efetivas que respondam à profundidade e complexidade da violência de género, garantindo a igualdade de género, a proteção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa, livre de violência e discriminação. -----

---- Lisboa, 17 de dezembro de 2025 -----

---- Pelo eleito do Bloco de Esquerda, Hernâni do Carmo -----”

*---- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor. -----*

*---- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----*

*----- **Voto de Saudação**-----*

“----- Ao Dia Internacional da Memória Trans – 20 de Novembro -----

---- No dia 20 de novembro de 2025 assinalou-se mais um Dia Internacional da Memória Trans, uma data globalmente reconhecida para honrar e recordar todas as pessoas trans e de género diverso que perderam a vida devido à violência transfóbica, misoginia, racismo, xenofobia e outras formas de opressão. -----

---- Esta data tem a sua origem em novembro de 1999, quando a ativista trans Gwendolyn Ann Smith convocou a primeira vigília em memória de Rita Hester, mulher trans assassinada em Boston em 1998, dando início a uma prática internacional de lembrança e resistência contra a violência que continua a vitimar comunidades trans até hoje.-----

---- De acordo com a Transgender Europe, entre 1 de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025, foram reportadas 281 pessoas trans assassinadas. Destas: -----

---- Cerca de 90 % das vítimas eram mulheres trans ou pessoas transfemininas — ou seja, femicídios trans em contexto de ódio e exclusão estrutural. -----

---- Aproximadamente 88% das vítimas eram pessoas trans negras, refletindo a interseção entre racismo e transfobia.-----

---- Trabalhadoras do sexo continuam a ser um dos grupos mais visados, constituindo 34% das vítimas de homicídio cujo ocupação era conhecida. -----

---- Um aumento preocupante de assassinatos de ativistas e líderes de movimentos trans foi registado, representando cerca de 14% dos casos, evidenciando uma estratégia de violência dirigida também àqueles que defendem e protegem direitos humanos. -----

---- Estas estatísticas são apenas parte da realidade maior de violência anti-trans, que inclui não só homicídios, mas também agressões físicas, discursos de ódio, discriminação institucional, exclusão social e dificuldades de acesso à saúde, emprego, habitação e proteções legais. -----

---- Em Portugal, a ausência de dados oficiais sistematizados sobre crimes de ódio contra pessoas trans não apaga uma realidade marcada por discriminação e violência quotidiana. A transfobia estrutural e institucional continua a ter impactos graves na saúde mental, na segurança e na qualidade de vida das pessoas trans, exigindo políticas públicas eficazes de proteção, prevenção e promoção dos direitos humanos. -

---- O Dia Internacional da Memória Trans é mais do que uma vigília: é um compromisso coletivo de consciencialização e luta contra as múltiplas violências que as

peças trans enfrentam diariamente, e um apelo à transformação das estruturas sociais, legais e culturais que perpetuam discriminação e desigualdade. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 17 de dezembro de 2025, delibera: -----

----- 1. Saudar o Dia Internacional da Memória Trans, reconhecendo a importância desta data para recordar e honrar as pessoas trans e de género diverso que perderam a vida como resultado da violência transfóbica e interseccional. -----

----- 2. Saudar todas as mobilizações, vigílias, eventos culturais e ações de consciencialização que assinalaram o Dia Internacional da Memória Trans em 2025, reforçando a necessidade de nos unirmos contra o ódio e a discriminação. -----

----- 3. Apelar à implementação e reforço de políticas públicas e medidas de proteção efetivas que garantam a segurança, dignidade e igualdade de direitos para pessoas trans, tanto no plano nacional como local, no território da freguesia de Santo António. -----

----- Lisboa, 17 de dezembro de 2025 -----

----- Pelo eleito do Bloco de Esquerda, Hernâni do Carmo -----”

*----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que era importante clarificar uma posição, porque todos os dias do ano havia dias de alguma coisa. Por exemplo havia o Dia da Saúde Mental e, como sabiam, era psiquiatra, era uma questão que lhe dizia respeito, mas ainda recentemente houve o Dia dos Direitos Humanos. -----*

----- O que lhe parecia era que tanto no voto sobre as mulheres, que o Partido Socialista tinha uma longa história de defesa desses direitos em várias vertentes que não caberia ali expor, como na questão da população transexual, que era uma população em relação à qual a Freguesia poderia fazer alguma coisa de mais alargado, uma vez que era uma Freguesia que até tinha vários pontos de vivência social dessa minoria, a verdade era que essas moções não correspondiam a nenhum trabalho concreto sobre essa matéria, eram moções genéricas. -----

----- Havia 24 Freguesia em Lisboa e outros fóruns onde isso devia ser discutido e votado. Podiam fazer imensos votos, imensas coisas, mas não ficava em causa que estrivessem de acordo com a defesa dos direitos dessas pessoas. -----

----- Parecia não enquadrado, não coordenado, que não correspondia a nenhum trabalho efetivo na Freguesia e por isso o voto do PS era de abstenção. -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao Dia Internacional da Memória Trans – 20 de Novembro**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**. -----*

*----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----*

*----- **Ponto 1 – Análise, discussão e deliberação da Proposta 2145 AF 25 referente a criação da Universidade Sénior da Freguesia de Santo António;** -----*

*----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que até ao momento não tinham nenhum documento sobre os moldes em que a universidade ia funcionar, apesar de ter tido uma conversa com a Senhora Presidente na reunião do direito de oposição, o que deu para ter uma ideia. Aquilo que estavam a votar era apenas uma proposta de adesão à RUTIS, o que lhe parecia positivo. -----*

----- Isso depois também tinha uma ligação com a parte de discussão do Orçamento e não tinha encontrado qualquer dotação orçamental de despesa específica para a Universidade Sénior no Orçamento. Aliás, confirmava aquilo que foi referido na reunião do direito de oposição, que parecia haver uma opção assente exclusivamente no registo de voluntariado por parte dos docentes. -----

----- Tinha certas reservas quanto a esse modelo, o voluntariado não podia substituir responsabilidades públicas, nem servir para colmatar a ausência de investimento. A educação, mesmo que em contexto sénior, era uma função social estruturante e devia ser

valorizada. Apoiar-se exclusivamente no voluntariado desvalorizava o papel dos professores, fragilizava o projeto e transmitia a ideia que o conhecimento e o serviço público podiam ser assegurados sem reconhecimento, sem estabilidade e sem compromissos financeiros.-----

----- Como a proposta era apenas de adesão à RUTIS iria votar a favor, porque pensava ser um passo importante, independentemente do caminho a traçar pela Universidade Sénior no futuro, mas os moldes de funcionamento tinham que ser clarificados e do seu ponto de vista não deviam assentar num regime de voluntariado e devia existir um investimento financeiro efetivo nesse projeto.-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que lhe parecia uma proposta anunciada, que surgia com envelope financeiro fechado e o desenho político era pouco robusto. Não queria isso dizer que fosse uma má proposta, mas parecia mais um projeto de bandeira do que consistentes políticas de envelhecimento ativo e coesão social. -----

----- Gostava de saber se os estatutos continuavam conforme o documento de 2020. Havia uma nomeação que estava referida no documento, mas não estava referida no protocolo. Saber também qual era a transferência de verba que seria autorizada, se seriam os 2100 euros que estavam no Orçamento ou se seria mais.-----

----- Partilhava das mesmas preocupações que o Bloco de Esquerda, que o regime de voluntariado podia ter problemas e saber como esperavam resolver, caso houvesse esse problema.-----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que concordavam genericamente com a criação da Universidade Sénior, que foi também proposta pelo PS na campanha eleitoral, mas preocupava o modelo de universidade que viesse a ser criado, se ia ao encontro dos utilizadores.-----

----- As entidades públicas tinham também o dever e a responsabilidade de puxar para cima a sociedade e por isso a universidade não devia abdicar de propor conteúdos com qualidade cultural e científica, independentemente de poderem ser acessíveis a um público com menor escolaridade ou formação académica. -----

----- Infelizmente, não viam um projeto estruturado e coerente, nem uma verba clara sobre o tema. Perguntava porquê 2100 euros e não outro valor qualquer, não percebiam, qual a data em que previam a abertura, como pretendia garantir que os residentes tinham prioridade por exemplo na inscrição. Havia uma série de questões que ficavam em aberto e não davam total esclarecimento sobre essa proposta. -----

----- **Membro Bárbara Ferreira (IL)** disse que a IL via com bons olhos a criação da Universidade Sénior na Freguesia de Santo António e por isso manifestava expressamente o seu apoio a essa iniciativa, que já existiu e importava agora recuperar, porque o saber não ocupava lugar e a idade não devia importar. -----

----- A Freguesia de Santo António contava com uma população sénior numerosa, diversa e ativa, com percursos profissionais diversos e uma clara vontade de continuar a aprender e a participar na vida da comunidade. Era por isso que entendiam que uma universidade sénior devia cumprir o seu verdadeiro propósito, ser um espaço de aprendizagem multidisciplinar, destino intelectual, perspetiva cultural e promoção da autonomia individual. -----

----- Para que esse fosse o seu desígnio deixavam um alerta para aquilo em que não se devia tornar, um mero espaço de ocupação de tempos livres, um centro de apoio ou uma instituição de acolhimento social de terceira idade. Para isso já existiam e bem outras respostas sociais. O desafio era outro, garantir que a oferta formativa e cultural fosse adaptada à realidade socio-cultural da Freguesia, exigente, urbana e cosmopolita.-----

----- Falavam de atividades com qualidade, diversidade e ambição que valorizassem o conhecimento, a cultura, a literacia digital, o pensamento crítico e a ligação a uma cidade em transformação. -----

----- Defendiam também que esse projeto fosse desenvolvido com rigor na gestão dos recursos, abertura à colaboração com entidades externas, associações e até a iniciativas privadas, garantindo eficiência e evitando redundâncias. Se fosse bem pensada e bem executada a Universidade Sénior podia ser um verdadeiro ativo para a Freguesia, não apenas para os séniores, mas para toda a comunidade, promovendo envelhecimento ativo, participação cívica, integração social e coesão social. -----

----- Era com esse espírito de apoio, mas também de exigência, que a Iniciativa Liberal acompanharia esse projeto, sempre com o objetivo de garantir que ele servia efetivamente a Freguesia e honrava o conceito de Universidade Sénior. Porque queriam que Santo António fosse cada vez melhor para todos os fregueses, tivessem eles mais ou menos rugas. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que estavam a falar da criação da Universidade Sénior da Freguesia de Santo António e pensava que não havia dúvidas nenhuma em relação a isso. -----

----- Em relação aos pormenores financeiros, teria todo o gosto de explicá-los melhor quando estivessem com o Orçamento. De qualquer maneira, queria só dar um pequeno toque, que eram os 2100 euros que falavam, estavam na área da receita e não da despesa. Os 2100 euros nunca eram a verba que se ia gastar com a Universidade Sénior.

----- Como era o ano zero e obviamente tinha que haver um regulamento, tinha que haver taxas que seriam aprovadas por essa casa, isso era uma previsão de que poderiam vir a receber de receitas, 2100 euros. Era receita, não era despesa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 2145_AF_25 referente a criação da Universidade Sénior da Freguesia de Santo António**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 2. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 006 AF 25 referente a Nomeação da Sociedade Revisora Oficial de Contas para 2026;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 006_AF_25 referente a Nomeação da Sociedade Revisora Oficial de Contas para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, IL e CDS-PP) e 6 abstenções (PS, PCP, Livre e BE) -----

----- **Ponto 3. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 007 AF 25 referente a Documentos previsionais da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2026;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que queria só dar umas palavrinhas sobre o Orçamento, quer na parte da receita, quer na parte da despesa, também para dar uma introdução ao que receberam em casa. -----

----- O Orçamento de 2026 diminuiu em 240.442 euros, o qual se devia sobretudo ao facto de não estar inscrito qualquer montante na rubrica relacionada com os CDCs de obra. Os que já tiveram nos outros anos foi da obra 2023 e 2025, onde viram estimados a vir a receber até aos cerca de 97% da verba total até 31 de dezembro. Estava apenas aberto com um euro para acautelar possíveis recebimentos, nomeadamente os 3% que faltavam das obras que estavam a ser finalizadas. Umas esperavam estar a finalizar ainda esse ano, as outras teriam que ser ainda no início de 2026. -----

----- O valor do Fundo de Financiamento das Freguesias e o valor do excedente mensal estavam de acordo com o que era inscrito no Estado para 2026, que estariam no mapa

13, e a tranche maior que derivava da atribuição do montante para 2026 por parte da DGAL, para todas as Freguesias de Lisboa, estava de acordo com o valor de 2025, sendo que em janeiro a DGAL ia notificar do valor exato e o mesmo seria corrigido em sede de alteração orçamental modificativa de abril de 2026. Ou seja, era igual ao de 2025, porque não sabiam exatamente o que iam receber em 2026, porque ainda não houve essa informação. -----

----- A receita do licenciamento estava de acordo com os valores de 2025, porque estavam a contar com a equipa de licenciamento fazer a mesma verba ou mais do que fizeram em 2025. -----

----- Em relação à despesa, a orgânica da gestão de capital humano apresentava inicialmente uma diminuição, sobretudo pelo facto de terem sido retirados nessa orgânica o pessoal em regime de tarefa ou avença, que estavam considerados em cada orgânica respectiva. Foi uma opção desse Executivo, em vez de estar tudo canalizado no orçamento dos recursos humanos, em cada uma das subunidades essas tinham o seu valor e o seu gasto real em recursos humanos. -----

----- No entanto, estavam acauteladas todas as remunerações certas e permanentes, as suas atualizações em sede de Orçamento de Estado para 2026, bem como os concursos, sendo que em sede da alteração orçamental modificativa em 2026 iriam ser reforçadas essas rúbricas, em função da inclusão do saldo de gerência, bem como da descabimentação correspondente aos três primeiros meses do ano relacionados com os concursos de pessoal. Tudo isso estava espelhado na orgânica do capital humano. -----

----- Orgânica da administração autárquica, mesmo tendo em conta os fatores que influenciavam o aumento dos bens e serviços ali elencados, como sendo o efeito da inflação, estavam também algumas despesas pontuais que ocorriam no segundo semestre e que, por insuficiência de verba em sede de orçamento inicial, seriam incluídas reforçando rúbricas em sede de alteração orçamental modificativa em abril de 2026. -----

----- Todas as restantes orgânicas encontravam-se empoladas, no entender de alguns Membros, na rúbrica pessoal em regime de tarefa ou avença, não sendo possível diretamente comparar com as de 2025 pela razão que já informara, foram todas retiradas dos recursos humanos e postas diretamente na rúbrica, ou melhor, na orgânica responsável. -----

----- No que respeitava às orgânicas e qual a razão de optarem por pôr todas as despesas em recibos verdes, nesse caso, e avenças, nas próprias rúbricas das suas unidades. Porque iam tentar para o ano caminhar para o que lhes era exigido, a contabilidade de gestão, coisa que só era possível quando pusessem todas as despesas em todas as subunidades, para saber exatamente o que era gasto naquela subunidade. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** começou por dizer que tinha apreciado essa apresentação prévia. Era um modelo que valorizava e que achava fazer sentido ser assim. -----

----- Tinha algumas questões e uma delas a ver com a subunidade de comunicação. Já tinha entendido que devido a essa mudança de metodologia do que respeitava à inscrição dessas despesas relacionadas com o pessoal em regime de tarefa ou avenças, havia essas alterações, essas alterações até os ajudavam a evidenciar qual era o peso que essa componente tinha na subunidade total e via ali, concretamente na da comunicação, que tinha um peso muito grande. Queria saber porque isso acontecia. -----

----- Fazia-lhe sempre um bocado de confusão como uma subunidade de comunicação tinha uma dotação financeira superior à da educação ou da cultura. -----

----- Outro ponto tinha a ver com uma ideia que era muito referida no documento e que era a valorização pessoal e profissional dos trabalhadores, promovendo a conciliação

trabalho/família e vida pessoal através de políticas de gestão de capital humano, dinâmicas flexíveis e inovadoras. Queria perguntar como isso se materializava na realidade, porque era uma retórica muito utilizada nos dias atuais, que já tinha visto em documentos do Executivo anterior, mas nunca percebera na prática como isso se materializava, quais eram as medidas reais que iam ser tomadas para potencializar essa melhoria prometida na vida dos trabalhadores na Freguesia.-----

----- Depois queria falar sobre a questão de uma expressão também muito utilizada no documento, era a transformação digital, novas tecnologias, mas continuava a existir um problema do seu ponto de vista, que já tinha insistido no mandato anterior e também já sinalizara na reunião do direito de oposição que tiveram no início do mês, a transmissão online das Assembleias de Freguesia.-----

----- Achava que se queriam uma Freguesia mais próxima dos fregueses, mais tecnológica, era isso que tinham que tornar realidade. Já sabia de todos os constrangimentos, não existia um espaço próprio e permanente da Junta para as Assembleias, mas isso não podia ser uma razão fixa para nunca se implementar a transmissão. Tinham que arranjar uma solução para isso. Não fazia sentido, tendo em conta as condições tecnológicas atuais, as características sociodemográficas da Freguesia, não existir um esforço para que isso se tornasse uma realidade e fazia um apelo nesse sentido.-----

----- **Membro Emanuela Afonso (PS)** disse que saudava todos os presentes e infelizmente não podia fazer com os que com certeza gostariam de acompanhar online, como era tecnicamente possível, uma vez que já acontecia em inúmeras Câmaras e Freguesias. Deixava o desejo que viesse a acontecer na Freguesia ainda nesse mandato.

----- Sendo a sua primeira intervenção enquanto Membro da oposição agradecia, tal como a Presidente referiu, alguma diligência no cumprimento de normas e protocolos, mas contassem sempre com a sua dedicação e uma posição sempre construtiva e participativa.-----

----- Em relação ao Orçamento, iam dividir pelos três eleitos alguns pontos. Falaria de três que tinham a ver com a comunicação, recenseamento e manutenção dos espaços públicos.-----

----- Em termos da comunicação, estava de acordo com o que o Hernani disse, um aumento que achavam expressivo da verba para a comunicação, que passou de 76.488 euros para 193.725. Gostariam então de ver associados a esses números, a esse grande aumento, objetivos claros e indicadores de impacto. Comunicar para quem, com que finalidade e com que resultados.-----

----- Foi-lhes dito na reunião de audição da oposição da Assembleia de Freguesia que o valor efetivamente executado no exercício desse ano, 2025, foi fortemente influenciado pelos três atos eleitorais que tiveram lugar esse ano, com a agravante de um deles não ter sido previsto. Ora, em 2026 só teriam à partida um ato eleitoral.-----

----- O segundo ponto tinha a ver então com o recenseamento, que também a Senhora Presidente da Junta já falou, da questão sobretudo dos estrangeiros. Nesse ponto estavam todos de acordo, também na reunião preparatória, preocupados com a perda de eleitores na Freguesia, tendo descido por 164 eleitores abaixo da barra dos 10 mil recenseados.-----

----- Para contrariar essa tendência, qual seria então a estratégia que ia ser seguida? Comportava investimentos em comunicação. O que explicaria parte do aumento dessa verba, mas em que moldes? Da parte do PS, tal como disseram também na reunião, sugeriram um foco especial no recenseamento de estrangeiros, obviamente de acordo com a lista autorizada, para além de todos os europeus, que já eram uma parte

importante e crescente da população residente na Freguesia, segundo dados oficiais do recenseamento muito superiores aos recenseados na Freguesia. -----

----- Tinha ouvido com atenção os números apresentados pela Senhora Presidente, que diferiam um bocado dos seus, mas isso fazia parte do trabalho em comum que esperava que fizessem.-----

----- Tinha baseado em números do INE, no último censo de 2021 foram recenseados 1.918 estrangeiros na Freguesia. Nos números do diário de recenseamento na Freguesia, que foram publicados no Diário da República a 17 de junho de 2025, ou seja, no encerramento do recenseamento para as autárquicas, estavam recenseados 336 estrangeiros, 233 da União Europeia e 103 de fora e 9.500 de nacionalidade portuguesa, ou seja, 17%. Por isso, tinham muito trabalho pela frente, partindo para mais do princípio que entre 2021 e 2025, ou 2026, estavam quase em 2026, estariam instalados e a residir ainda mais estrangeiros na Freguesia. -----

----- Mesmo se os eleitores só podiam participar nas eleições autárquicas e europeias, passavam a engrossar o universo de eleitores, que era uma mais-valia incontestável em termos de Orçamento, como já foi visto, para a Freguesia e seu funcionamento, para além de alimentar a justiça de ajudar a cumprir um direito que assistia a esses cidadãos de pleno direito. Para os europeus, era uma Lei do ano 2000 que infelizmente tardiamente passou para a Lei Eleitoral portuguesa e tinha tido uma aplicação muito lenta. -----

----- Trabalhava ativamente nessa questão, por razões associativas, desde 2017 e também por razões empíricas, sendo francesa e muito ativa nessa comunidade. O que não concordava era que as pessoas não se identificavam, simplesmente desconheciam esse facto e a partir do momento onde lhes era explicado, tinham esse direito, as pessoas estavam interessadas, esses residentes estrangeiros estavam interessados em inscrever-se e muitas vezes havia um problema na logística da inscrição. Por isso, seria importante haver uma grande disseminação da informação e uma simplificação do processo de inscrição. -----

----- Em relação ao último ponto, a manutenção dos espaços públicos, na análise do ponto 2.2 da página 39 das despesas indicava uma não execução pelo anterior Executivo de 324 mil euros, que explicava também a redução do Orçamento para esse ano, se não foi executada no ano passado a verba que foi feita pela Câmara Municipal de Lisboa tinha uma repercussão na verba do próximo ano, que era diminuída. O que poderia explicar essa não execução, não ter feito obras de manutenção, poderia explicar em larga medida o estado de degradação crescente em que se encontravam os jardins, passeios e outras infraestruturas geridas pela Junta, sobre as quais não se ia alongar, pois foram largamente descritas na campanha e pelos muitos fregueses com quem falaram durante a mesma. -----

----- Dando apenas o exemplo dos jardins, nomeadamente da manutenção do património arborizado, lamentaram já na campanha o abate de uma árvore no fim do mandato e já, infelizmente, o abate e outra no início do mandato, no Jardim das Amoreiras. Sempre com a mesma questão, era mesmo necessário, foram cumpridos todos os procedimentos, nomeadamente havia um regulamento municipal do arvoredo de Lisboa muito claro, nomeadamente o artigo 24 previa uma decência de dois dias úteis para a divulgação do aviso de abate, até no caso da poda, e mais, previa a afixação do aviso nos locais de aviso da Junta. Ora, por exemplo, nesse mesmo dia não estava nenhum aviso no painel do Jardim das Amoreiras. Também nos respetivos sítios da internet da Câmara e da Junta de Freguesias e nos locais de intervenção. -----

----- Por fim, o artigo 25 previa o abate urgente e, em resumo, exigia que o estado de conservação fitossanitário fosse avaliado por um técnico da Freguesia ou do Município,

de laboratório público ou de instituição de ensino superior ou de empresa habilitada para o efeito. Podia haver um abate em caso de emergência, mas apenas por indicação do Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa. Por isso, perguntavam se esses pressupostos foram cumpridos. -----

----- Agradecia a atenção de todos e a resposta a questões e preocupações apresentadas, que acreditava serem partilhadas por todos os que gostavam da Freguesia e que a queriam preservar, assim como assegurar a igualdade dos direitos e comunicação de e para todos. -----

----- **Membro Francisco Cruz (PS)** disse que essa era efetivamente a sua primeira intervenção na Assembleia enquanto Membro da oposição e queria começar por deixar claro que o princípio que o orientava e que o orientaria nos próximos quatro anos era que estar na oposição não era estar contra só porque sim, era estar atento, estar disponível, estar também responsável perante a causa pública. -----

----- A democracia local fortalecia quando havia pluralidade de olhares, quando as decisões eram escrutinadas com respeito e quando o debate elevava em vez de dividir e era nesse espírito construtivo e exigente que intervinha, tentando pautar sempre dessa forma. -----

----- O Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2026 surgiam efetivamente num momento muito particular e que era o início de um mandato. Era nesse primeiro Orçamento que também se revelavam com maior nitidez as prioridades políticas, as áreas de aposta e também, de forma muito reveladora quanto silenciosa, as áreas que ficavam fora do campo de visão. -----

----- Reconheciam o esforço técnico da construção do documento alinhado com o enquadramento legal aplicável às autarquias locais e reconheciam também que o Orçamento proposto, na ordem dos 5,5 milhões de euros, representava uma ligeira redução face ao ano anterior, sensivelmente menos 240 mil euros, uma redução resultante tanto quanto conseguiam perceber pela não execução de um protocolo da Câmara Municipal de Lisboa relativo ao CD5 de 2023. -----

----- Era precisamente por isso, num contexto de menor margem financeira, que se tornava ainda mais essencial aquilo que o Orçamento devia ser, um instrumento de escolhas claras porque o Orçamento não era apenas um exercício contabilístico, era um exercício político, era onde a visão se tornava exequível ou não. -----

----- Consideravam que a boa política também se fazia de reconhecimento e havia aspetos no Orçamento que mereciam ser sublinhados. Evidenciava o reconhecimento explícito dos fatores de variação, nomeadamente no que respeitava às transferências e a compromissos herdados. Era um exercício de transparência que valorizavam. -----

----- Em segundo lugar, também o foco no espaço público e no quotidiano das pessoas. As Grandes Opções do Plano evidenciavam preocupação com a higiene urbana, manutenção do território, sustentabilidade ambiental e qualidade do espaço comum. Numa Freguesia densa, envelhecida e exigente como a de Santo António, esses eram temas efetivamente centrais. -----

----- Por fim, registava-se a intenção de coesão social e comunitária com referência a projetos culturais, sociais e mesmo intergeracionais, porque uma Freguesia não era apenas as infraestruturas, as relações também se construíam dentro dessa mesma Freguesia. Esses méritos deviam ser reconhecidos, porque reconhecer o que estava bem feito dava legitimidade a questionar também o que faltava. Portanto, era nesse sentido, nessa base de reconhecimento que, enquanto oposição, sentiam também a responsabilidade de colocar algumas questões estruturantes. -----

----- Começava por uma leitura transversal. Esse Orçamento revelava opções claras e uma dessas opções era a ausência total de projetos e iniciativas na área da saúde. Aí

importava ser rigoroso, factual e também justo. Sabiam que o Orçamento não era a totalidade de um programa político, mas também sabiam algo fundamental, era no Orçamento que se inscrevia a exequibilidade de qualquer programa. Ora, da análise detalhada aos documentos apresentados, Orçamento, as Grandes Opções do Plano e mesmo Mapa Pessoal, resultava um facto incontornável. Não existia qualquer rubrica, programa, verba, estrutura ou recurso humano dedicado à área da saúde. -----

----- Não falavam de gestão clínica, não falavam de substituir o SNS, falavam de algo que estava plenamente ao alcance das Juntas de Freguesia, como a promoção da saúde, prevenção da doença, literacia em saúde, apoio à população idosa e sabiam todos que Santo António tinha uma população com vulnerabilidades, com grandes fragilidades dado à idade. Também articulações de proximidade. -----

----- Nada disso encontravam inscrito e numa Freguesia como a de Santo António, marcadamente envelhecida, com a elevada prevalência de doenças crónicas, com pessoas que viviam sozinhas, com limitações de mobilidade, essa ausência não a poderiam entender como neutra. Era uma escolha e por isso a pergunta que se impunha era simples, legítima: Por que razão a saúde não surgia também como prioridade nesse primeiro Orçamento de mandato? -----

----- Mais ainda, quando durante a campanha sabiam que foi evocada a importância da proximidade à saúde, chegou a ser referida a ambição de uma nova unidade local de saúde, apresentaram inclusive o cartaz de grandes dimensões na Praça da Alegria que assim o indicava. Essa ambição, legítima e relevante, não tinha nesse Orçamento qualquer tradução orçamental, programática ou mesmo estratégica. -----

----- Sabiam que a construção de uma ULS não era competência da Junta, mas devia ser uma reivindicação e uma ambição que devia estar inscrita no plano. Nesse plano não estava nem como projeto, nem como estudo, nem como intenção faseada. O Orçamento não continha tudo, mas aquilo que não continha também falava e nesse caso falava um bocadinho alto. -----

----- Outras questões estruturais que não podiam ignorar. Mantinham preocupações relevantes com o crescimento do peso das despesas com o pessoal. A Senhora Presidente já se expressou relativamente a esse ponto, que exigia nomeadamente uma clarificação técnica, rigorosa, para permitir um debate informado. Podia a Junta apresentar, por exemplo, um quadro comparativo expurgado de efeitos metodológicos? Questionavam. -----

----- A Freguesia de Santo António merecia efetivamente uma política local exigente, adulta e transparente. Merecia decisões bem explicadas, merecia um debate que não fugisse às ausências e, sobretudo, quando elas diziam respeito à saúde e à dignidade de quem ali vivia. Da parte do PS podiam contar com uma oposição responsável, tecnicamente fundamentada, atenta às pessoas e disponível para colaborar quando o interesse público assim o exigia e também firme quanto à clarificação que se impunha nos debates. -----

----- Deixava uma última pergunta que não exigia resposta imediata, mas merecia uma reflexão coletiva: Se o Orçamento revelava aquilo que escolhiam cuidar, o que dizia esse Orçamento sobre aquilo que escolhiam deixar fora do cuidado? -----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse, em relação ao Orçamento, que a Junta de Freguesia tinha menos verba de facto, mas não era só devido à redução de residentes. Era também devido, como sabiam, ao não cumprimento dos CDCs por falta de execução. Isso era responsabilidade das pessoas do anterior Executivo, obviamente, mas também não deixava de ser uma continuidade política, apesar de tudo. -----

----- Mais uma vez as despesas de capital eram reduzidas, aliás, muito reduzidas mesmo, quase insignificantes, o que não deixava de ser mau do ponto de vista da gestão. Sublinhava também que as pessoas contratadas por avenças estavam no limite máximo.

----- Em relação ao espaço público, não se ia repetir, mas gostava também de dizer que concordavam que de facto era cada vez mais difícil porque os orçamentos e os custos com as obras eram mais elevados, mas importava recordar que o atual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, presidida por Carlos Moedas, reduziu o financiamento para obras nas Freguesias, para cerca de 10 milhões de euros para todas as Freguesias. Perguntava como tencionavam encontrar as verbas suficientes para renovar a tão extensa rede de passeios e calçadas, mesmo planeando em quatro anos. -----

----- Disseram também na reunião que os preocupava a questão das receitas, pensavam que a ocupação do espaço público poderia ser fonte de mais verbas se o Executivo fosse mais exigente e mais diligente, até com a própria Câmara de Lisboa. -----

----- Finalmente, aparecia também ali uma das promessas, feita aliás na campanha pelo PSD antes das eleições, que em certa altura diziam, no plano de ação, que os jovens eram o futuro, estava a citar, e era essencial que se sentissem representados e estimulados pelas iniciativas culturais que ofereciam. Pretendiam criar academias de programação e eventos de gaming. -----

----- Queria deixar ali muito clara a sua indignação com essa proposta, na dupla qualidade, Membro dessa Assembleia, mas também como psiquiatra e por isso não deixaria de se opor veementemente a essa iniciativa, mobilizando se necessários as entidades da sociedade civil que se dedicavam à saúde mental dos jovens e à educação, nomeadamente a Sociedade Portuguesa de Saúde Mental ou especialistas em dependência a internet e jogos, até que toda a sociedade percebesse que uma entidade pública como uma Junta de Freguesia não podia promover práticas erradas em nome de uma suposta atividade cultural. -----

----- Esperava que o bom senso prevalecesse e que o Executivo reconhecesse que isso, pesasse embora ter sido referida em campanha eleitoral, se tratava de um erro. Contudo, numa perspectiva global de análise do Orçamento e do Plano, o Executivo tinha ali uma oportunidade para fazer melhor do que o anterior e, numa perspectiva construtiva positiva e de melhoria da vida dos residentes na Freguesia, dariam um voto de abstenção ao Orçamento de 2026. No entanto, avisavam que estariam todos os dias na Freguesia a registar o avanço ou não dos planos apresentados pelo Executivo e, daí a um ano, lá estariam para fazer um balanço desse voto. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que começava por fazer um aparte, que do ponto de vista orçamental podiam utilizar meios que estavam à disposição de todos para controlar o nível de execução e seria de boas práticas, propunha isso não para essa Assembleia, mas para uma próxima, que se fizesse uma auditoria às contas anteriores e que se fizesse uma auditoria no fim do mandato. Assim podiam ter um maior controle sobre a execução do Orçamento. -----

----- Posto isso, indo ao Orçamento em si, no enquadramento geral era um Orçamento global que, evidentemente, descia 4,17% face a 2025. No entanto, não havia qualquer esforço de diversificação de receitas próprias, não havia uma redução da dependência estrutural do Estado e da CML. Isso fragilizava, de certa maneira, a autonomia financeira da Freguesia, mas também colocava o ónus da responsabilidade no Executivo. -----

----- Evidentemente que a quebra nas transferências da DGAL era ali aceite como um dado adquirido e todos estavam preocupados com isso, era remetida para a revisão em abril. No entanto, propunha que se fizesse um redesenho para tentar entender como podiam lutar com um Orçamento mais baixo. -----

----- Depois, passando às políticas sociais e de combate às desigualdades, a verba para a ação social eram 323 mil euros, que na opinião do Livre continuavam modestas face à pressão social que existia nessa Freguesia. Não se iam esquecer que estavam numa das Freguesias com maior pressão turística e parecia-lhes que não havia instrumentos robustos de apoio à habitação, ao bem-estar, à saúde-proximidade e ao transporte ou combate à solidão. -----

----- O Fundo de Emergência Social, 40 mil euros, e o Fundo Social da Freguesia eram claramente insuficientes para uma Freguesia tão central como essa e com tantas assimetrias como tinham. Não iam esquecer da segregação que tinham assistido nos últimos dez ou quinze anos. Isso revelava um discurso de pouca ambição redistributiva.

----- A educação recebia 2,78% do Orçamento, era centrada na manutenção e pequenos equipamentos, mas não havia uma verdadeira aposta em apoio escolar, inclusão digital, equipas multidisciplinares que combatessem desigualdades de origem, etc, etc.-----

----- Passando a um tema que lhe era muito caro, o ambiente, o espaço público, o clima. O ambiente urbano e os espaços verdes somavam cerca de 16% da despesa, mas grande parte era com pessoal e serviços externos e não havia grandes metas atingíveis ambientais, não se via um aumento de área verde per capita, sombreamento, biodiversidade. -----

----- Havia uma verba que notava particularmente, que era a verba para concluir a Travessa de Noronha, cerca de 50 mil euros e era tratada como uma exceção, mas não como parte de um plano coerente de requalificação das ruas, mobilidade pedonal e adaptação climática no conjunto da Freguesia. Não havia qualquer articulação orçamental clara com políticas de mitigação e adaptação climática, arrefecimento urbano, captação de águas pluviais, sombreamento de percursos pedonais, o que contrastava com a retórica de sustentabilidade. -----

----- Na cultura, desporto e participação, a cultura tinha um orçamento de 2,83% e aí fazia uma ressalva positiva. Estavam numa Junta de Freguesia que tinha um orçamento para a cultura maior que o Orçamento de Estado e fazia essa ressalva. O desporto e prevenção de comportamentos de risco tinha uma dotação de 1,92%. Tinham dotações reduzidas ainda assim.-----

----- Sabia o país em que viviam, e mais uma vez reforçava o facto de a cultura estar acima do Orçamento de Estado, mas estimava que o foco em eventos e animação em vez de contratos programas estáveis com coletividades, estruturas independentes e projetos comunitários de base, podia ser uma ação estratégica menos bem conseguida.-

----- Faltava uma ação clara em espaços autoageridos, em orçamento participativo, em apoios a iniciativas de base, como associações de moradores, coletivos culturais, de juventude, etc. e mantinha uma espécie de um modelo top-down muito centrado no Executivo. -----

----- Voltava também a colocar a anunciada Universidade de Sénior. Tal como já dissera antes, surgia com um envelope financeiro. -----

----- Em suma, a estrutura da despesa via que a despesa do pessoal subia para quase 62% do Orçamento e reforçava um modelo que parecia pouco ágil do ponto de vista orçamental. Ao mesmo tempo, a fatia para aquisição de bens e serviços caía para 34,76%, mas tinha um plano claro de eficiência energética e ecológica, compras verdes, redução de consumos, transição energética e ficava escassa, numa lógica contabilística e não transformadora.-----

----- A despesa de capital, de apenas 2,27%, demonstrava um Orçamento essencialmente de manutenção, pouco alinhado com a urgência climática e a mobilidade suave, a requalificação do espaço público e a resposta à crise da habitação. Ressalvava, mais uma vez, que a palavra habitação aparecia muito poucas vezes no Orçamento. ----

----- Em linhas gerais, parecia-lhe que esse documento assumia explicitamente o programa da maioria PSD, CDS e IL, refletia uma orientação e um grande peso para uma máquina administrativa de serviços externalizados e, mais uma vez reforçava, tinha pouca ambição distributiva, ambiental e quase nenhuma participação cidadã vinculativa. As GOP eram redigidas em registo de marketing político, com slogans como polis para todos, conquistar mais, mas sem indicadores, metas qualificadas ou mecanismos de monitorização pública, contrariando uma visão de transparência que devia ser defendida por todos. -----

----- A Freguesia continuava sem usar o Orçamento como instrumento de democratização, havia uma ausência clara de orçamento participativo, processos deliberativos formais, relatórios de impacto social e ambiental por rubrica e limitava o papel dos cidadãos à legitimação eleitoral pontual. -----

----- **Membro Mariana Folque (IL)** começou por saudar, sem exceções, todos os eleitos, desejando um excelente mandato em prol dos fregueses e da Freguesia de Santo António. -----

----- Saudava especialmente a Presidente da Junta, Filipa Veiga, a quem, em nome da Iniciativa Liberal, reiterava votos de um extraordinário mandato, cujo sucesso seria também o seu sucesso e principalmente o sucesso de toda a Freguesia. Podia assim contar com o apoio entusiástico da IL, mas não acrítico, ao longo do mandato. -----

----- Relativamente ao Orçamento para 2026, devia ser analisado à luz do contexto em que era apresentado. Tratava-se de um Orçamento elaborado num cenário de redução da receita global, resultante do encerramento natural de ciclos de financiamento anteriores. Perante essa realidade, a Junta optou pelo realismo orçamental e o ajustamento da despesa, em vez de recorrer a aumentos de impostos ou a soluções artificiais. Era fundamental enaltecer a prudência e a base realista das projeções desse Orçamento. ----

----- Essa atitude demonstrava uma maturidade financeira exemplar e um profundo respeito pelos princípios basilares da boa gestão pública. Do ponto de vista liberal, valorizavam o esforço de contenção e racionalização da despesa. A redução notória na aquisição de bens e serviços externos sinalizava uma crescente autossuficiência e uma gestão mais ponderada dos recursos. -----

----- Isso não se traduzia em cortes indiscriminados, mas sim em gastos inteligentes e responsáveis. Além disso, observavam um reforço estratégico em setores cruciais, como a ação social, a educação e o desporto. Isso provava que a disciplina financeira era plenamente compatível com a proximidade e a capacidade de resposta às necessidades da população. -----

----- Adicionalmente, saudavam a melhoria na transparência orçamental, em especial a nova organização da rubrica despesas com pessoal, que agora permitia uma leitura mais clara dos custos por departamento e facilitava uma fiscalização e avaliação mais vigorosa da gestão futura. -----

----- Em suma, o Orçamento apresentado era sério, prudente e equilibrado, mas focado em eficiência e no respeito pelo contribuinte. Por essas razões a Iniciativa Liberal votaria favoravelmente o Orçamento para 2026. -----

----- **Membro Bruno Costa (PSD)** começou por desejar para todos um bom mandato.

----- Disse que não estava a pensar em intervir, mas queria fazer só um comentário técnico a uma das intervenções, porque era um tema que lhe parecia importante. Tinha algum trabalho desenvolvido com jovens e parecia-lhe importante tocar nesse ponto. --

----- Em relação à opção do Executivo em colocar o gaming como uma das propostas para os jovens, era importante não confundir o uso com o abuso. Ou seja, não era pelo facto de promoverem a prática de futebol que iriam estar a incentivar lesões. Havia uma enorme diferença e isso estava bastante demonstrado no último relatório da Organização

Mundial de Saúde, que havia uma enorme diferença entre fazer gaming e ser viciado em gaming e esse número, felizmente, era um número bastante reduzido. -----

----- Queria também chamar a atenção nesse ponto que o gaming atualmente, sendo organizado, era um instrumento bastante usado como educativo e social e não um vício. Aliás, a alternativa muitas vezes ao gaming era o nada, era o total abandono de muitos jovens que encontravam nessa atividade e a saúde mental também era isso, também era a proteção da pertença e a obtenção de um sentido. -----

----- Depois queria chamar a atenção, mais uma vez pegando no último relatório da Organização Mundial de Saúde, que não existia evidência científica para esse tipo de alarmismo e queria terminar com uma nota mais política e até bastante interessante, que não era o papel de uma Junta de Freguesia dizer à juventude o que devia ou não fazer, devia sim ter a consciência que não substituíam as famílias nessa parte da educação nem em serviços de saúde, o que fazia era criar espaços de ocupação saudável e promover a inclusão. -----

----- O que estava ali em causa era que corriam o risco de existir um elitismo cultural disfarçado de preocupação clínica e queria só deixar uma última nota, porque tinha essa ideia, mas até fora confirmar, era muito engraçado, duas notas especiais no gaming em Portugal, havia duas datas específicas do gaming em Portugal. A primeira, criação de um clube oficial de gaming, foi em 1998 durante o governo do PS, e a associação de gaming, a primeira associação profissional de gaming em 2005 durante o governo do José Sócrates. Portanto, parecia-lhe interessante refletir sobre essas duas datas e sobre a história do gaming em Portugal. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que tinha o gosto de estar ali como Membro da Assembleia de Freguesia mais jovem, também pela campanha, uma campanha muito interessante também enquanto jovem. Acreditava que o contributo de um jovem de 21 anos era sempre muito interessante para uma Freguesia como Santo António, que era conhecida por ter uma faixa etária mais elevada do que 21 anos. -----

----- No que tocava ao Orçamento, que era o que esse ponto da ordem queria tratar, era um Orçamento com pés na terra, claramente um Orçamento muito bem conseguido, pensava que os números diziam isso. Os números eram muito interessantes e também como Membro da Assembleia de Freguesia dava uma ideia muito interessante no que tocava à Freguesia. Portanto, quando dizia que era um Orçamento de pés na terra, dizia que era um Orçamento de pés na terra na juventude, por exemplo. -----

----- Era o caso do Projeto Bússola, que ajudava os miúdos mais novos e as crianças a irem em suas atividades recreativas e lúdicas, enquanto não podiam fazer tinham de estar em casa dos avós ou dos pais. Ou como a iniciativa de eventos de gaming, que permitissem uma reflexão enquanto jovem, que de facto os eventos de gaming não tinham de ser conotados como algo negativo. Como jovem, também às vezes fazia gaming e achava que era normal para quem nasceu em 2004. -----

----- Podia dizer que era dirigente académico da Universidade de Lisboa e tiveram um evento que era o Campus Hub Unite, o qual contou com muitos colegas ali de psicologia e, portanto, também como se citou ali um argumento de autoridade e sendo um psicólogo, também ia citar enquanto estudante, enquanto dirigente académico, que nesse tipo de eventos o que se conseguiu fazer era juntar os estudantes, juntar as pessoas e trazer uma formação tecnológica, inovação. A inovação era fundamental. -----

----- Nessa nova era digital, o mais importante era ter inovação e não ter as técnicas do passado. Enquanto jovem, era isso que pretendia, pelo menos alertar nessa Freguesia, que esses eventos não deviam ser vistos como pejorativos, mas sim como algo positivo para toda a comunidade. -----

----- Quando dizia que era um Orçamento de pés na terra, também que foi ali citado que não havia saúde e etc, mas o Projeto Farol, por exemplo, em que conseguiam levar serviços de psicologia a vários fregueses acessivelmente, que era uma Junta de Freguesia, não era uma unidade de saúde ou o SNS, conseguim levar dessa forma e pretendiam continuar a levar esse serviço aos fregueses. -----

----- Também por exemplo na sustentabilidade, na manutenção dos espaços públicos e espaços verdes, algo também que era fundamental, ou na ação social. Já tivera oportunidade de visitar o Centro Julia e o Centro Laura Alves também, um centro de dia que pretendia dar ajuda a pessoas mais velhas e que era o grosso da faixa etária nessa Freguesia, que conseguiam ajudar muita gente, ou a mercearia social que também tinha visitado e fazia uma proposta muito interessante. -----

----- A cultura de proximidade também era algo tocado nesse Orçamento, também foi feito no anterior Executivo, como o cinema ao ar livre, ou os eventos de porta a porta, isso também era uma iniciativa que via com bom ar e sobretudo os tais eventos à porta, uma iniciativa que também se via com um bom olhar. -----

----- Também os mais velhos estavam acautelados nesse Orçamento de pés na terra, com a Universidade Sénior que foi já muito falada ali e que era um excelente testemunho de como o ativismo também podia ser feito por pessoas mais velhas, algo muito importante também em qualquer comunidade. Também o Projeto Radar, algo que infelizmente também acontecia e pudera verificar na campanha, em que verificaram pessoas mais velhas que estavam em solidão, era algo que esse projeto propunha combater. -----

----- Antes de finalizar só queria fazer uma remark sobre o que a Filipa disse no início dessa Assembleia de Freguesia, que tinha a ver com o recenseamento, na questão também que se tocou um bocado na juventude. Infelizmente era uma realidade que todos enfrentavam na Freguesia, quem era freguês ali, como era o seu caso, tinha vivido e crescido nessa Freguesia e podia dizer que gostava muito de se manter nessa Freguesia no futuro, comprar ali uma casa, seguir ali a vida após os seus estudos, era um aluno de mestrado, gostava de conseguir fazer, mas infelizmente parecia que esse cenário era difícil. -----

----- O recenseamento era a prova disso, não estavam a ter uma renovação geracional na Freguesia, algo que também não via com bom olhar. A Junta de Freguesia não era responsável por isso, era um problema municipal e até nacional, mas tinham de estar sempre a postos e preparados para combater isso a todo o custo. -----

----- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que queria só continuar esse debate sobre o gaming, que era interessante, ainda bem que ele estava a acontecer porque era importante falar sobre isso. -----

----- Se dessem aos jovens aquilo que eles queriam não seria difícil, experimentassem mudar, por exemplo, o menu de uma escola por exemplo para gelados. Todas as crianças iam querer, achava que isso não estava em causa. O que estava ali em causa era perceber prioridades, os orçamentos eram limitados, essa era das poucas Freguesias da cidade que não tinha um único recinto desportivo da Freguesia, tinha outras instituições que eram privadas e, portanto, estar a falar em sentimentos de pertença associados a gaming como se isso fosse uma prioridade parecia totalmente invertido em termos de prioridades. -----

----- Depois havia outra questão, havia interesses económicos associados ao gaming, que eram verdadeiramente aquilo que estava ali a correr em termos de iniciativas associadas às tecnologias e aos jovens. Achava que não era preciso ler muitos jornais nem saber muitas coisas, nem era preciso ser especialista nessas matérias para perceber o quanto os ecrãs tinham a ver com o mundo em que viviam e com os problemas de

saúde que se punham. Não era preciso dizer que a Austrália acabava de proibir as redes sociais abaixo dos 16 anos. -----

----- Lembrava também um pequeno exemplo que podia partilhar, que perto de si a certa altura havia uma escola que, por decisão da associação de pais, proibiu os telemóveis até ao quarto ano e o ruído das crianças nos intervalos aumentou, porque estava praticamente a zeros. -----

----- Havia imensas consequências, pensassem um bocadinho na relação com a obesidade e vissem o que se passava com a obesidade junto da juventude e pensassem se isso tinha alguma coisa a ver com o gaming ou não, ou se isso tinha alguma coisa a ver com os ecrãs ou não. Portanto, havia muitas coisas a debater sobre isso.-----

----- Não achava que tivesse que haver dogmas, ou que os jovens tivessem que ficar numa espécie de grupo obscurantista em que não tinham acesso às novas tecnologias, não era essa a questão, mas isso como política ativa e como forma de sentimentos de pertença, atividades de juventude, etc. nesse contexto que explicara, parecia-lhe claramente não corresponder ao programa. -----

----- **Membro Francisco Póvoas (PSD)** disse que concordava com algumas coisas que o Lucas disse, não conseguia concordar com tudo porque não era só uma questão de citar ali relatórios, podia citar relatórios também da sua universidade e de outras universidades no país, isso não era o caso. Então também perguntava se por exemplo a Junta de Freguesia de São Vicente, do PS, que fez um evento de gaming, perguntava ao Lucas se concordava ou não... não concordava com o partido, ok. Claramente, havia estudos e podia mandar, tinha todo o gosto em mandar ao Lucas todas essas questões. -

----- Achava que o evento de gaming era fantástico, não só para adquirir jovens para a Freguesia, que não havia muitos, infelizmente, a interagir com a Freguesia, como com pessoas mais velhas. Mantinha ali a sua posição e era só para dizer isso. -----

----- **Membro Bruno Costa (PSD)** disse que queria recentrar novamente no Orçamento, que era o que queriam agora discutir. Essa era uma discussão que se calhar fazia sentido ter noutra fórum, mas só a título de curiosidade e para encerrar gostava de fazer uma citação muito rápida. “Esta é uma oportunidade única a passar por Lisboa e para os jovens de Lisboa, tenho imenso orgulho em inaugurar este evento, espero que se replique por muitos anos”. Fernando Medina. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que foi mesmo um Orçamento feito com pés na terra. Não foi um Orçamento empolado para nada, não foi um Orçamento à espera de A ou B. Era um Orçamento que iam tentar realizar o que podiam com o dinheiro que tinham. Não foi apolítico, porque todos eram políticos. Não fosse terem ganho por maioria, por isso era óbvio que seria político, senão não estariam ali a fazer nada, estaria ali a oposição nesse caso, mas para além de ser político era também algo muito consciente. -----

----- Era um Orçamento feito por um Executivo maioritariamente freguês, que conhecia a Freguesia, não menosprezando o outro Executivo, mas era um Executivo que tinha uma grande consciência, inclusive parte do Executivo já ia de longa data, ainda quando não era Santo António. -----

----- Começando pela comunicação, em primeiro lugar o valor para si era razoável porque comunicavam muito bem e queriam continuar a comunicar muito bem. Continuavam a comunicar nas redes, continuavam a comunicar para a Dona Leonardo, que às vezes podia não ter redes. Era uma opção política, que poderiam chamar que sim, que queriam continuar a comunicar bem. Para além disso, a razão de que se calhar esse ano estava um bocadinho mais elevada era que tinham quatro avençados que agora de repente estavam no orçamento da comunicação. -----

----- Tinham nesse momento, se não estava enganada, quatro funcionários avançados que esse valor anual ia diretamente para o orçamento da comunicação e que, tal como foi explicado, estava registado em todas as rubricas. -----

----- Os Senhores da oposição, muito bem, tinham toda a competência e o valor de achar que estava aumentado, pessoalmente não achava que estivesse muito elevado, mas era o que era, mas também tinham ali uma dualidade, não podiam fazer omeletes sem ovos. Pensava que foi a Membro do PS Emanuela que perguntou e contava com o contributo, mas já estava prevista verba também para através da revista ou através de caixas de correio, ou através do que fosse, iam depois encarar essa questão do recenseamento. Não estava ali espelhado, mas como o que achava que era uma coisa maravilhosa e que era um orçamento participativo, nesse caso os eleitos participavam numa coisa boa da Freguesia. -----

----- Tinham por hábito não fazer e esse Executivo não ia também fazer os orçamentos participativos. Já tinham falado sobre isso e falaram em reunião, mas iam encarar esse trabalho em conjunto. Não era um orçamento participativo, mas sim um trabalho em conjunto com todas as forças políticas e isso sim também estava espelhado na dita comunicação. -----

----- Estava também espelhado na dita comunicação as duas eleições. Não iam ter duas, mas como pensava que a maioria entendia, as presidenciais não iam ser resolvidas à primeira volta, passado quinze dias iam ter outro ato eleitoral. -----

----- Em relação à comunicação, definitivamente era uma opção política continuarem a boa comunicação que faziam, mas também estava espelhada uma campanha, depois de decidirem o que seria, com a ajuda de todos, também para o recenseamento. -----

----- A questão da tecnologia, sabia que quando se falava de tecnologia pensavam todos, a maioria, que era realmente algo a ver com computadores ou com divulgação. Olhavam para as tecnologias não só para fora, para os fregueses, mas também internamente. Iam começar nesse momento com algumas alterações a nível de tecnologias para os funcionários, quer questões de acesso a apps, quer novos telemóveis para poderem comunicar as várias ocorrências. Por isso, quando falavam também disso não era só e apenas que iam fazer, como já foi pedido iam fazer o streaming da Assembleia. -----

----- Em relação ao recenseamento, iam fazer juntamente com a comunicação, estava inclusive a ser elaborado pela comunicação um livrinho de normas para dar alguma informação ao atendimento geral, que era a cara da Freguesia, mas isso não chegava. Por isso iam fazer uma campanha e estava espelhada na comunicação. -----

----- Em relação à manutenção, houve um abate e pensava que estavam atentos ao Facebook, que era o meio mais rápido de comunicação. Não faziam abates, não era a Junta de Freguesia que decidia, não tinham essa competência e nem a queriam. Qualquer abate que era feito pela Junta tinha obviamente a indicação da Câmara Municipal de Lisboa e só era feito depois da avaliação ser feita pela Câmara e ser-lhes enviada, avaliação essa que foi prontamente posta no meio de divulgação mais rápido, foi prontamente posta no Facebook e nas redes para tentar informar os fregueses. -----

----- Não se conseguia informar antes quando as coisas eram de um dia para o outro. Foi detetado pela proteção civil a inclinação da árvore, a Câmara disse para começarem logo o abate no dia a seguir às oito da manhã, o qual não aconteceu porque enquanto Presidente da Freguesia decidira que não faria abate sem ter em seu poder o registo da Câmara Municipal a dizer que aquela árvore era para abater, já para não estar a defraudar os fregueses, estar a fazer algo quando não tinha essa informação completa. -

----- Por isso, em relação ao abate foi isso que aconteceu e se a Câmara Municipal enviava uma informação de urgência para abater, não seria a Filipa Veiga nem o Executivo a dizer que não iam abater a árvore, ela seria abatida, porque uma árvore a

cair podia ser em cima de uma criança, podia ser em cima de um idoso e isso não era uma responsabilidade que queria para esse Executivo.-----

----- A Emanuela falou da falta de execução do valor, que era o ponto último dessa Assembleia, 2025 tinha uma execução abaixo. Isso não tinha diretamente a ver com o Orçamento. Os CDCs só eram pagos depois de serem finalizados e nesse momento estavam com três CDCs em execução, que dava os parabéns à Freguesia porque não tinha sido consigo, foi o Executivo anterior, estavam com 71% de execução dos CDCs e devia dizer que 90% ou mais de 90% das Freguesias restantes não chegavam nem aos 40%. Estavam a falar de CDCs que começaram em 2023 e acabaram agora em novembro de 2025.-----

----- Não eram CDCs feitos pelo atual Executivo, estava apenas a transmitir que iam ficar com a sua finalização, estavam a tentar a todo o custo que até ao fim do ano pelo menos um ou dois fossem feitos. Os outros tratavam-se do Passadiço, que começou com o CDC e teve que se fazer outro de urgência, eram esses que estavam mais atrasados, mas ainda assim havia um a execução de 71% dos CDCs. -----

----- Quando se falava do Orçamento e não da execução, porque a execução era de 2025 e estavam a tratar agora do Orçamento de 2026, quando se dizia que havia uma baixa na manutenção só queria lembrar que esse orçamento da manutenção e do espaço público não tinha, como os outros atrás, o valor do CDC porque os CDCs para esse mandato só seriam negociados com a Câmara Municipal quando fossem chamados, basicamente era isso que acontecia. Portanto, não estavam refletidos os CDCs e era normal que estivesse mais baixo, porque 2025 tinha verbas de CDCs. -----

----- Tanto o orçamento para a manutenção como para o ambiente urbano seriam reforçados em sede de alteração modificativa em abril. O que estavam a fazer, e por isso dizia que era com pés e cabeça, não estavam a contar no Orçamento com coisas que não tinham, nem os CDCs nem o que haveria de restante do ano, quando houvesse isso introduziriam em abril, era normal. Não sabiam aquilo que ia sobrar ou não de 2025, porque ainda havia CDCs para terminar ou não e, portanto, não era de bom tom estar a empolar o Orçamento achando que iam receber A, B ou C. Daí parecer que as rubricas estavam mais baixas e por isso tinha dito no início que não estavam espelhados CDCs nem a alteração orçamental que iria acontecer.-----

----- Disse que o Membro Francisco tinha toda a razão, nesse Orçamento não estava espelhada uma das promessas da campanha e por opção. Era uma prioridade, mas ainda não tinham o espaço e as obras feitas e não fazia sentido estar já a encaminhar algo para a unidade de saúde familiar quando tinham a certeza que nesse ano nada ia acontecer, mas não concordava quando se dizia que nada tinham de apoio. -----

----- O Francisco já tinha falado em relação ao Farol, mas o apoio não tinha só a ver com medicamentos. Todo o acompanhamento que faziam dos idosos, todas as idas que iam com eles ao médico ou às farmácias, todas as vezes em que todos os dias iam a casa das pessoas dar o medicamento ou esqueciam-se de o tomar, isso era saúde e não estava espelhado porque não havia uma verba para isso. Havia pessoas que faziam isso e era normal não estar espelhado, só não concordava que não houvesse algo a dizer saúde, não estava por opção, mas todo esse acompanhamento era saúde mental e física. Toda a companhia que faziam, todo o amparo que davam, isso era saúde e daí não concordar que não havia nada relacionado com saúde. -----

----- Foi falado nos CDCs e não sabia o que foi para trás, não estava no Executivo e nem lhe competia dizer se foi bem ou mal negociado, como se costumava dizer eram águas passadas, mas uma coisa dizia, era que seriam exigentes. Podiam achar que não era importante, mas não era partidária, era uma freguesa de Santo António e não filiada, ainda há pouco tinha dado uma entrevista em que dizia qual era a mais valia de ser

independente. Não tinha que fazer favores, ao contrário de algumas pessoas. Portanto, como não tinha que fazer favores nenhuns, garantia que seriam muito exigentes, pedinchões acima de tudo, porque moravam ali e queriam o melhor para a Freguesia, partidos à parte.-----

----- Não falava mais do gaming, era uma coisa que ia acontecer na Freguesia. Foi uma exigência dos seus filhos, mas registava o aviso do Doutor Lucas. -----

----- Sobre auditorias, havia o ROC e tinham um certificado legal de contas, que não tinha nem uma anotação.-----

----- Quando se dizia sobre as receitas próprias que ficavam muito dependentes, havia duas hipóteses nas receitas. Tinham um colega que fazia todo o esforço e mais algum, era de uma criatividade atroz, que era o responsável do licenciamento. Garantia que se houvesse um milímetro para cobrar iriam cobrar, mas como Presidente, entre uma opção de ter mais cem euros na conta e ter mais espaço iria pelo espaço, não ia pelos cem euros na conta.-----

----- Havia uma boa equipa do licenciamento, queria ir a todas, mas não era apologista de uma e mais outra esplanada só para ter mais dinheiro. Também acreditava que não fosse a ideia do Livre, só estava a justificar que se fazia de tudo para cobrar e o licenciamento estava sempre em cima, mas muitas vezes tinham pedidos para licenciamentos de esplanadas a que diziam que não, porque achavam que se calhar era melhor não, a não ser aquelas que apareciam do licenciamento zero e em que não mandava, era uma chatice para a Junta.-----

----- Outra opção era o aumento de taxas, só tinham essas duas maneiras de ganhar dinheiro, o licenciamento ou o aumento de taxas. Não tinham património que muitas Juntas tinham, mas infelizmente ali não tinham. Aumentar taxas por aumentar, além de não ser simpático, também não podiam. Claro que tinham taxas um pouco obsoletas, concordavam todos, havia taxas que trabalhava na Junta ainda em 2024 e nunca mais foram revistas. O “lucro” era uma coisa residual.-----

----- Infelizmente estavam muito dependentes da Câmara Municipal e nesse caso da DGAL. Se começavam a taxar tudo e a cobrar entradas aos fregueses, pensava não ser isso que todos queriam, mas não tinham uma Freguesia mega rica, havia zonas. Por isso era difícil. Uma coisa garantia, tudo o que fosse para cobrar aos privados, desculpassem os Senhores da IL, iriam cobrar.-----

----- Não iria falar da habitação, não era competência da Junta, mas na ação social juntamente com a manutenção faziam imensas pequenas obras aos fregueses mais desfavorecidos. Sabia que tinham muitos prédios devolutos, alguns da Câmara. Tinha alguns conhecimentos, mas não seriam assim tão bons para conseguir arrancá-los para a Freguesia. Quando as pessoas recebiam cartas de despejo lá ia a ação social juntamente com os jurídicos tentar minimizar a situação porque não tinham competências para resolver.-----

----- Na ação social talvez fossem divergir. Era da Freguesia, amava toda a gente que ajudavam e ninguém ficava para trás, mas ficaria muito contente no dia em que ação social não necessitasse dos milhões, porque como pessoa e nesse caso como Presidente significava que conseguiam ajudar a pessoa a estar por si só. Ajudavam toda a gente, tinham imensos projetos, tinham uma equipa da ação social que ia a todas, despejos, insalubridades, por vezes ninguém imaginava onde eles iam e estavam lá, mas o que estavam a tentar era canalizar as pessoas para uma ajuda diferente, ajudar as pessoas a arranjam soluções.-----

----- Por vezes o grande problema da ação social era que estava focada na ajuda apenas ao carenciado e esqueciam que a ação social por si só era uma ação na sociedade. O que a equipa tentava fazer era, em vez de deixar a pessoa cair, procurar um apoio à renda

acessível, ver se a Santa Casa conseguia ajudar com um lar ou com um quarto. O objetivo para a ação social era tentar não deixar ninguém para trás, continuavam com os projetos, mas também não queria aumentar e tentariam ajudar os fregueses antes deles caírem. A grande aposta era essa, porque quando as pessoas caíam iriam ter que ser ajudadas e preferia que se ajudassem por elas próprias.-----

----- Era impossível deixar alguém para trás na Freguesia, principalmente quando se morava lá, porque se dava de caras diretamente com o freguês, mas o objetivo era ajudar a pessoa a viver e não a sobreviver.-----

----- Sobre a cultura, eram a primeira Freguesia desde 2013 a ter uma rubrica da cultura. 90% da cultura estava agregada à ação social. O Executivo em 2013 decidiu, era a coordenadora nessa altura, que iria ficar uma rubrica da cultura e ficava muito contente, obviamente que iam continuar.-----

----- Na cultura não tinham muitos pedidos de apoio, normalmente eram feitos pelas instituições e acabavam por ser pela ação social, porque o métier que falavam era mais pela ação social ou pelo desporto, daí que normalmente canalizavam para o desporto e era essa a razão de não terem rubrica de apoios.-----

----- O ambiente urbano era muito ingrato. Sobreviviam com a verba da Câmara, não sobreviviam muito com pessoas porque tinham muito pouca gente na limpeza urbana, era uma carga de trabalhos arranjar gente para a limpeza urbana e não tinha a ver com quadro porque havia vagas, eram as pessoas que olhavam para a limpeza urbana como um trabalho menor e por isso não havia muitas candidaturas. Conseguiam por vezes alguns recibos verdes e por vezes achavam que à noite o limpar era estar a jogar no telemóvel.-----

----- A dotação de 2025 ainda não estava completamente fechada, o ambiente urbano de 2025 estava com pouca execução porque estavam à espera da entrega de duas viaturas grandes. Ainda não receberam e não pagaram e daí que no ponto que iam discutir a seguir havia uma discrepância.-----

----- Claro que iam fazer investimento no ambiente urbano e estava já a começar. Iam abrir concursos públicos para todas as vertentes da Junta. Estavam como avançados e uns conseguiam até candidatar, outros não porque não tinham escolaridade obrigatória e na limpeza urbana isso era um grande problema, se não tinham escolaridade obrigatória não podiam ir para os quadros.-----

----- O ambiente urbano não era o parente pobre, porque recebia um bom orçamento, mas era aquilo que ninguém estava contente e com toda a razão. Tinha uma Freguesia completamente indisciplinada, uma sociedade a olhar para o seu umbigo e que não ajudava, não cumpria, era aquilo que era. Claro que mantinham os alertas, mantinham as pessoas na rua e nesse momento tinham imensas queixas de haver folhas na rua. No dia em que caíssem catos ficava preocupada, porque não podiam ter sol na eira e chuva no nabal. Se tinham árvores e não as queriam abater, teriam que na altura da queda ter algumas folhas, porque era humanamente impossível a equipa da limpeza urbana ter sempre a Freguesia um brinco. Era a mesma coisa que acharem que chovia e os passeios ficavam secos.-----

----- Respondia isso a quem lhe tinha mandado algumas mensagens e entendia perfeitamente, mas era algo que tinham de viver com isso. Havia árvores, queda de folha, havia folhas no passeio. Limpavam a entrada e a saída do metro, coisas mais problemáticas, mas não se ia preocupar que os canteiros tivessem folhas, não parecia uma prioridade.-----

----- Podiam alterar o orçamento participativo por fazer uma grande campanha de recenseamento, já falaram sobre isso, era uma opção política.-----

----- Em relação à Universidade Sénior, em 2013 começou a Universidade Sénior de Santo António, não correu nada bem, não era da Junta de Santo António, foi de São Sebastião da Pedreira, era uma universidade altamente elitista e para grandes iluminados. Não era do seu departamento, mas chegaram todos à mesma conclusão porque estavam ali a trabalhar e daí que o Executivo acabou por deixar cair. O passado era passado, só sabia aquilo que iam fazer agora. Tinham o projeto para a Praça da Alegria, que não ia acontecer tão cedo, o mesmo que a unidade de saúde familiar e como não queriam estar à espera decidiram iniciar ano zero na Universidade Sénior. ---

----- Não era um sítio muito bom, mas era o sítio que tinham, seria na Calçada Moinho de Vento, no Centro Social Laura Alves. Não era muito bom por ser no pico da Freguesia e a nível de mobilidade não era o melhor. Não era o que queriam de finalização, mas era o que se conseguia arranjar agora. -----

----- Os 2100 euros não eram a verba que iam gastar, na ação social não existia nenhuma rubrica alocada à Universidade Sénior. Existia sim, porque tinham que ter, a questão da despesa quando tivessem o regulamento e as taxas aprovadas pela Assembleia. Aquilo foi uma ideia do que poderiam vir nesse mandato a receber de taxa de inscrição, era uma ideia de 2100 euros que iriam receber, não tinha nada a ver com o investimento.-----

----- O investimento não tinha que estar espelhado numa rubrica, porque se abrisse uma rubrica e pusesse lá todo o valor da Universidade Sénior ficava difícil depois contratar por exemplo transportes dentro de uma rubrica que dizia Universidade Sénior. Era o ano zero, não sabiam o que ia acontecer, se tinham muita adesão, se conseguiam ter muitas aulas ou não. Por isso a ação social tinha todas as rubricas e tinham verba, mas não sabia quanto precisavam de gastar, a única coisa que sabia era que iam começar e estavam a apontar para começar em janeiro. Na comunicação gastavam muito dinheiro a fazer a sua imagem, fazer os panfletos para depois distribuir. -----

----- Não sabia quanto ia gastar e a transparência assim o exigia, não sabia quantos professores ia contratar. Iam utilizar alguns voluntários e serviços da Câmara Municipal que tinham aulas espetaculares para seniores. Quando tinha uma diretora municipal da proteção civil a dizer que ia dar as aulas, quando tinha alguém a dizer que ia mostrar os arquivos municipais de fotografia e de conteúdos, para si era uma mais valia. Se calhar tinha uma ideia diferente de voluntariado, mas para si voluntariado não era pouquinho, para si voluntariado era tão bom como a Dona Leonarda ir dar as aulas. -

----- Era preciso gastar dinheiro, logo em janeiro iam adquirir mesas e cadeiras, já havia uma verba de economato, mas não sabia quanto iriam gastar e falando de transparência estava a ser o máximo de transparência, mas para si e para o Executivo o voluntário não era pouquinho. Aliás, nada na Freguesia era pouquinho, era tudo em bom. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que queria só dar a sua intenção de voto. Como a Senhora Presidente disse, o Orçamento era um documento político em que o Bloco de Esquerda não se revia na totalidade e iria votar contra.-----

----- **Membro Ana Gama (PCP)** disse que, da mesma forma que o BE, esse Orçamento não representava aquilo que o PCP pensava e por isso iria votar contra.-----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que o Orçamento podia não estar de acordo com as linhas políticas do Livre, mas reconhecia o esforço de ser feito em dois meses e iria abster. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 007_AF_25 referente a Documentos previsionais da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, IL e CDS-PP), 2 votos contra (PCP e BE) e 4 abstenções (PS e Livre) -----

----- **Ponto 4 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 008 AF 25 referente a Mapa de pessoal da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2026; --**

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que tinha só uma questão sobre a atualização em relação à perda da gestão de capital humano, a perda de duas pessoas no licenciamento, comércio e turismo, quando foi referido que era uma rubrica importante para financiamento, a perda de uma pessoa para a comissão de proteção de crianças e jovens em Lisboa. -----

----- Questionar na unidade desporto quais seriam as competências da pessoa contratada.

---- **Membro Lucas Manarte (PS)** disse que as avenças estavam no limite máximo, compreendia que era difícil contratar pessoas, era uma questão até dos mandatos anteriores e não dizia o contrário, mas quando se falava em valorizar os trabalhadores da Junta de Freguesia pensava que não havia nenhum chefe de divisão nomeado. Essa era uma forma de estruturar a Freguesia, qualificar os profissionais, qualificar a árvore de funcionamento e também as pessoas. Portanto, não havendo, perguntava a razão de não haver. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que estava plenamente de acordo em relação aos chefes de divisão, só que antes tinham que ter um quadro de pessoal robusto, o que não tinham nesse momento. Após terem mais gente nos quadros e os lugares ocupados faria todo o sentido haver os chefes de divisão, mas quando tinham um deficit tão grande no quadro não havia como e nem tinha lógica, para terem chefes de divisão teriam que tirar os coordenadores. Não havia gente suficiente nesse momento para ter chefes de divisão. Daí irem abrir concursos para tornar o quadro mais robusto e mais tarde, com toda a lógica, ter pessoas como chefes de divisão. -----

----- Para substituir as pessoas que foram embora em mobiliade, etc., umas sim e outras não, não conseguia dizer exatamente, não tinha de cor a lista dos concursos que iam abrir. Umas já tinham consolidada a sua mobilidade e outras não, dava o exemplo que a sua pessoa estava ali. -----

----- Por exemplo na cultura tinham vaga de cinco e havia só uma pessoa, porque uma estava em mobilidade, outra ainda não consolidou a mobilidade, outra ia começar a mobilidade e a outra era o seu caso, que tinha que ali estar. Só depois de dezoito meses de consolidação da dita mobilidade podiam abrir o concurso. Noutro caso existia o lugar e não havia pessoa, ou então havia uma pessoa em avençado e isso não tinha lógica. ---

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que por exemplo na subunidade de licenciamento, a Senhora Presidente disse que era uma rubrica importante para o financiamento da Freguesia, se havia uma redução de três para um queria dizer que a carga de trabalho seria maior. Saber se estava previsto que essa pessoa teria ou não um ou mais colegas a serem contratados, para não ficar refém. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que nesse momento não tinham nenhum, porque esse pediu a mobilidade, que não estava consolidada e só nessa altura isso podia desaparecer dali e ficar a zeros, mas iam abrir pelo menos uma vaga para técnico superior. Noutros casos já havia alguém a fazer o serviço de técnico superior e não estava nos quadros. -----

----- Não tinha problema nenhum com a transparência, quando chegaram olharam para o quadro de avençados e tentaram perceber com os coordenadores quem eram esses postos de trabalho a falsos recibos verdes e que seriam necessários, que faziam funções diárias necessárias. Foram ditos esses e não conseguiram pôr todos ao mesmo tempo nos quadros por questões de orçamento, mas conseguiam ver os que estavam há mais tempo a fazer essas mesmas funções e começariam por aí, era uma questão de longevidade, há quanto tempo usavam um avençado a fazer esse lugar. Tinham previstos dezoito para esse ano. -----

----- O objetivo do Executivo era em quatro anos ter um mapa de pessoal robusto e se conseguissem já com os chefes de divisão, tentando terminar com os falsos recibos verdes. Haveria sempre recibos verdes, porque por exemplo nas delegações de competências não podiam abrir concursos para as pessoas que estavam a trabalhar em projetos de CDCs, os CAFs, os AAAs e todas essas coisas. Aqueles que conseguissem, se usavam o dinheiro e eram necessários, então iam pôr no quadro. -----

----- **Membro Paulo Dias (Livre)** disse que na subunidade de educação dizia-se o seguinte: “Devido à transferência do trabalhador para a subunidade do desporto o número de lugares previstos passa a zero para a categoria de coordenador técnico. Na subunidade de desporto dizia o seguinte: “O número de lugares ocupados na categoria de técnico superior foi alterado de zero para um”. Portanto, passava da educação para o desporto. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que realmente tinham um funcionário técnico superior que estava na educação, pediu mobilidade e estava a fazer as funções de técnico superior no desporto, mas estavam a abrir concurso para um técnico superior na educação. Essa era uma das coisas que estavam a fazer, era um recibo verde. -----

----- **Membro Emanuela Afonso (PS)** disse que se usava muito a palavra “robusto” e outra maneira de tornar os recursos humanos mais robustos era dar formação, saber se as quarenta horas de formação anuais previstas seriam cumpridas. Era uma maneira de dar também robustez às pessoas nas suas tarefas, capacitá-las para outras funções. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era obrigatório e por vezes, até muito renitente, eles eram obrigados a ir, tanto formações exteriores como da Câmara, mas enviavam também os avançados para formação. Não diferenciavam quem era dos quadros ou avançado, tinha sido avançada durante sete anos antes de entrar nos quadros da Freguesia e quando havia formação toda a gente ia. -----

----- Os quadros tinham seguro obrigatório e medicina do trabalho, mas para além disso davam também essas oportunidades aos avançados. Todos os avançados iam à medicina no trabalho e em 2026 a Junta ia fazer, que não era obrigatório, o seguro. Achavam que eles já eram tão mal pagos e dariam um passo à frente, fazer o seguro que supostamente era obrigatório da parte deles, mas seria a Junta a fazer porque não gostavam de deixar ninguém para trás e principalmente não gostavam que uns fossem filhos e outros enteados. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 008_AF_25 referente a Mapa de pessoal da Freguesia de Santo António (Lisboa) para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, IL, CDS-PP e Livre) e 5 abstenções (PS, PCP e BE) -----

----- **Ponto 5. – Informação Trimestral da Presidente;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a apresentação dessa informação escrita era ingrata, porque tinha chegado agora e o que podia comentar que fosse feito pelo atual Executivo era o circo, o magusto. O final de ano foi o correr normal com os departamentos, as únicas alterações foram os ditos fluxogramas que estavam a alterar, mas eram normas internas. Quando chegaram decidiram manter as coisas e os apoios que estavam, a única coisa que fizeram extra foi a cultura e tinham andado em cima da calçada. Havia dois pontos onde todas as semanas caíam fregueses e o que a Junta fazia não eram soluções, eram balões de oxigénio. -----

----- Fazer o Orçamento em tão curto espaço de tempo não foi tarefa fácil. Estavam em cima de pequenas coisas que eram muito importantes, se caía um sinal iam à dobra pôr o sinal. Fizeram o circo, era algo que dava muito prazer, era gratificante ver novos e menos novos no Coliseu. Fizeram também o magusto, que fazia parte da tradição. Não

se devia inventar a roda, devia-se melhorar e pôr a rodar melhor. Basicamente foi o que fizeram nesse mês e pouco, não chegou a dois meses. Parecia pouco o que estiveram a fazer, mas para si e para aquelas pessoas que estavam a assegurar o bem-estar, continuar a levá-las ao médico, a atender um telefone para elas, era muito. -----

----- Lida a **Ata em minuta** referente à presente reunião, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte e três horas e dez minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE -----